

Meta climática anunciada pelo Conselho Europeu é um passo muito importante mas ainda aquém do necessário, diz ZERO

11 de Dezembro, 2020

A adoção de uma meta doméstica de redução líquida de “pelo menos 55%” entre 1990 e 2030 é uma “conquista importante” para a liderança da União Europeia no domínio do clima, afirma em comunicado a ZERO.

De acordo com a associação ambiental, a presidência alemã, a presidente da Comissão von der Leyen e o presidente do Conselho Michel conseguiram a “unanimidade” entre os 27 líderes da União Europeia, resolvendo também o “impasse” com a Polónia e a Hungria sobre o mecanismo de Estado de Direito vinculado ao orçamento da União Europeia (UE). As negociações em curso sobre a lei climática da UE e o próximo pacote de legislação “Fit for 55”, previsto para junho de 2021, oferecem a “oportunidade” de “reinstalar mais ambição” e também concretizar o “pelo menos” através da “votação por maioria qualificada”.

No mesmo comunicado, a ZERO refere que o acordo fornece à UE “credibilidade reforçada” e um “papel de liderança global renovado” como uma das “primeiras grandes economias” a “prometer uma meta de redução de emissões mais elevada”. Chile, Colômbia, Noruega, Reino Unido e 12 países aumentaram as “Contribuições Nacionalmente Determinadas” (NDCs) a tempo para o prazo de dezembro definido pelo Acordo de Paris.

Porém, para a ZERO e para as organizações não-governamentais de ambiente europeias, esta liderança da Europa fica mesmo assim “aquém do necessário” para a UE estar em linha com o Acordo de Paris: “Trata-se de uma meta líquida, isto é, contemplando as florestas como sumidouros, correspondendo assim a uma redução efetiva menor, entre 50 e 53% e quando a trajetória para a neutralidade climática em 2050 requer uma redução de 65% entre 1990 e 2030”, lê-se no comunicado. A ZERO nota também que o Parlamento Europeu defende uma redução de 60% de emissões.

A Cimeira da Ambição do Clima, a ter lugar este sábado, dia 12 de dezembro, apresenta uma “oportunidade” para mais de 70 Chefes de Estado e de Governos apresentarem “novos compromissos ambiciosos” em linha com o “ciclo de ambição” no âmbito do Acordo de Paris. Copatrocinada pelo Secretário-Geral da ONU, as presidências atuais e futuras das cimeiras do clima da ONU (Chile para a COP25 e Reino Unido e Itália para a COP26) e França (como anfitriã da COP21), o evento fornece uma plataforma para políticos, negócios, investidores e líderes para mostrar mudanças significativas que implementam de acordo com os três pilares do Acordo de Paris: mitigação, adaptação e financiamento climático. A UE será representada pelo Presidente da Comissão, von der Leyen, com 13 Chefes de Estado e de Governo europeus, incluindo

Portugal.

A tempo da Cimeira da Ambição sobre o Clima, a UE acordou um “novo objetivo”, que homenageia uma “liderança política ousada” e “mostra como o Acordo de Paris” se tornou um “catalisador” para a ação climática na economia real. Um ano antes da COP26, a UE marca o momento em que as expectativas internacionais se concentram em ações decisivas de mitigação, adaptação e financiamento climático durante a próxima década. Embora as metas mais altas para 2030 tenham sido anunciadas pela UE e pelo Reino Unido e figurem com destaque nos planos do presidente dos Estados Unidos, Biden, o financiamento do clima e a resiliência ainda são amplamente negligenciados.

De acordo com a ZERO, a nova meta dá à UE a “credibilidade internacional” para dar início a uma “nova era de diplomacia” do Pacto Ecológico Europeu, caracterizando todos os aspetos da transição para a neutralidade climática. A UE pode contribuir para “moldar a emergente economia global limpa”, através da “cocriação de plataformas internacionais para o comércio”, a “inovação” e a “cooperação no domínio da ação climática”. As tecnologias, normas e políticas necessárias para atingir as metas mais elevadas para 2030 podem também fornecer à UE uma “vantagem competitiva” numa corrida global ao topo na “promoção da descarbonização” e “alinhamento dos fluxos financeiros”, refere a associação.

No mesmo comunicado a ZERO destacou que a UE começou a “alinhar o financiamento interno com a sua ambição em matéria de clima”, ao mesmo tempo que “liga o orçamento da UE ao Estado de direito” pela primeira vez. Pelo menos “37% dos fundos de recuperação serão investidos em projetos relacionados ao clima”, enquanto que “os investimentos em combustíveis fósseis são excluídos” do Fundo de Transição Justa e “severamente limitados nos fundos regionais”.